

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

**Processo n.º:** 16.390/2015-e.**Origem:** Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF.**Assunto:** Representação.

**Ementa:** Representação n.º 14/2015-DA encampando requerimento da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF quanto à aplicação, extensão e interpretação de dispositivos constitucionais e legais relativos aos limites impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000 – LRF. Decisão n.º 2.652/2015: Admissibilidade da exordial e concessão de prazo ao Chefe do Poder Executivo local e ao Defensor Público-Geral do Distrito Federal para manifestação acerca dos fatos representados. Decisão n.º 4.642/2015: Abertura de prazo para oitiva da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF como representante do excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal. Encaminhamento de manifestações e contramanifestações da DPDF e da PGDF. Decisão n.º 1.407/2016: Conhecimento das manifestações acostadas aos autos pela PGDF e DPDF para, no mérito dos pedidos formulados pelo *Parquet* especial nos itens II e III *in fine* da Representação n.º 14/2015-DA, considerá-los improcedentes, posto que refoge à competência deste Tribunal estabelecer nova metodologia de repartição de limites definidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal para os Poderes e órgãos do Distrito Federal, tendo em conta que assim atuando o TCDF estaria, sem previsão legal, invadindo a esfera de atuação do detentor de competência legislativa própria (legislador pátrio federal) e, ainda, por contrariar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação à matéria, colocando em risco a simetria dos limites atribuídos pela LRF para despesas de pessoal no âmbito dos entes federados, fazendo com que o Poder Executivo e os órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal passassem a apresentar percentuais superiores aos de seus congêneres estaduais, encaminhamento de esclarecimentos aos titulares das Chefias do Poder Executivo e Legislativo do DF e da DPDF em relação ao matéria em exame neste feito. Expedição de determinação à Semag/TCDF para constituição de processos para exame dos RGF's a contar do 1º quadrimestre de 2015 da DPDF em face do contido na Portaria STN n.º 10/2015, ciência da decisão a ser adotada ao ilustre representante e à PGDF, DPDF, Seplag/DF e SEF/DF e aos titulares do Poder Legislativo e Poder Executivo local e retorno dos autos à Semag/TCDF, para fins de arquivamento. Interposição de recurso. Decisão n.º 1.821/2016: Conhecimento do Pedido de Reexame pela PGDF, contra os termos da Decisão n.º 1.407/2016. Sustentação oral realizada (Decisão n.º 4.676/16). Decisão n.º 5.610/2016: Provimento parcial do recurso, a fim de reconhecer que as despesas de pessoal da DPDF estão inseridas no percentual destinado ao Poder Executivo local, até que sobrevenha norma alterando a LRF com a fixação de percentual da RCL específico para as Defensorias Públicas; remessa de cópia de peças dos autos à DPDF, à PGDF, à SEF/DF, à Seplag/DF e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do DF; e autorização para arquivamento do feito. **Nesta fase:** Nomeação de aprovados em concurso para o cargo de Defensor Público por meio da Portaria DPDF n.º 322/2016, noticiada pela Seplag/DF. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento da documentação juntada aos autos; determinar a oitiva da DPDF acerca da prática de atos de provimento de cargos no âmbito daquela jurisdicionada,

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 16.390/15e

ante a possível contrariedade ao art. 22 da LC n.º 101/2000 (LRF) e às Decisões TCDF n.ºs 5.610/2016 e 6.127/2016; abertura de prazo para manifestação do Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, caso seja de seu interesse; e retorno dos autos à Semag/TCDF, para os devidos fins. Parecer do MPJTCDF convergente. Voto em harmonia com a área instrutiva e o órgão ministerial, com acréscimo no sentido de dar ciência da Decisão que vier a ser proferida à Seplag/DF.

**RELATÓRIO**

Cuidam os autos da Representação n.º 14/2015-DA e seu anexo (e-DOCs 463DE559-e e 308AF9E8-e), formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, da lavra do ilustre Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, versando acerca de proposta de aplicação, extensão e interpretação de dispositivos constitucionais e legais relativos aos limites impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF.

Após algumas deliberações<sup>1</sup> plenárias, o Tribunal prolatou, na Sessão Ordinária n.º 4.853, de 29.03.2016, a **Decisão n.º 1.407/2016** (e-DOC D252A75A-e), nestes termos:

*“I – tomar conhecimento: a) das manifestações apresentadas pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, representado pela Procuradora-Geral do Distrito Federal, Dra. Paola Aires Correa Lima (e-DOCs E575218F-c e 519170D6-c), e pelo Defensor Público-Geral do Distrito Federal (e-DOCs 2BC41E8A-c e A29A9ABA-c), bem como dos documentos objeto do Memorando n.º 84/2015 – GCIM (e-DOC F032878C-c); b) da Informação n.º 35/2015 – NAGF/SEMAG (e-DOC 046AA59C-e); c) do despacho do Diretor do NAGF (e-DOC A79CE6F3-e); d) do Despacho da Secretária n.º 118/2015 (e-DOC 3A9C176B-e); e) do Parecer n.º 74/2016-DA (e-DOC E60E3108-e); f) do recém editado PLP n.º 257/2016, de 22.03.2016, por meio do qual a União Federal encaminhou ao Congresso Nacional proposta de lei complementar contendo, dentre outros temas, a alteração da*

**1 Decisão nº 2.652/15 (e-DOC CA9E4728-e), de 25.06.15:**

*“I – tomar conhecimento: a) da Representação n.º 14/2015-DA e seu anexo (peças 2 e 1; e-DOC 463DE559-e, e 308AF9E8-e) ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade dispostos no art. 195, § 1º, do RI/TCDF; b) da Informação n.º 05/2015-SEMAG (peça 5; e-DOC B12DE039-e); II – nos termos do art. 195, § 6º, do RI/TCDF, **conceder prazo de 30 (trinta) dias ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Sr. Defensor Público-Geral do Distrito Federal, para que apresentem manifestação quanto o teor dos fatos representados perante esta Corte de Contas**; III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão, da Representação n.º 14/2015-DA e seu anexo e da Informação n.º 05/2015-SEMAG ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Sr. Defensor Público-Geral do Distrito Federal, com a finalidade de subsidiar o atendimento da diligência inserta no item II retro; b) a ciência desta decisão ao ilustre Representante; c) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública, para adoção das providências cabíveis.” (grifei)*

**Decisão nº 4.642/15 (e-DOC C0D5835F-e), de 08.10.15:**

*“I – tomar conhecimento da nova documentação acostada aos autos, oriunda da Defensoria Pública do Distrito Federal (peça 34, e-doc 06D2EEF9-c); II – conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, como representante do excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, querendo, apresente manifestação quanto aos novos argumentos expostos pela Defensoria Pública do Distrito Federal; III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do Relatório/voto do Relator e da decisão a ser adotada, bem como da nova documentação acostada pela Defensoria Pública do Distrito Federal (peça 34, e-doc 06D2EEF9-c) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com a finalidade de subsidiar o atendimento do item anterior; b) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública, para adoção das providências cabíveis.” (grifos nossos)*

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 16.390/15e

redação do art. 20 da LRF definindo novos limites de comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal do Poder Executivo da União e dos Estados, em face da necessidade de definição dos limites a serem atribuídos às defensorias públicas; II – em relação ao mérito dos pedidos formulados pelo Parquet especial nos itens II e III in fine da Representação n.º 14/2015-DA, considerá-los improcedentes posto que refoge à competência desta Corte de Contas estabelecer nova metodologia de repartição de limites definidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Poderes e órgãos do Distrito Federal, tendo em conta que assim atuando o TCDF estaria, sem previsão legal, invadindo a esfera de atuação do detentor de competência legislativa própria (legislador pátrio federal) e, ainda, por contrariar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação à matéria, colocando em risco a simetria dos limites atribuídos pela LRF para despesas de pessoal no âmbito dos entes federados, fazendo com que o Poder Executivo e os órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal passassem a apresentar percentuais superiores aos de seus congêneres estaduais; III – **tendo em conta o caráter orientador e pedagógico da atuação desta Corte de Contas, esclarecer aos titulares do Poder Executivo local, do Poder Legislativo local e da Defensoria Pública do Distrito Federal que:** a) **até advento de diploma legal contemplando fixação de novos limites de comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal a que alude o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a elaboração da proposta orçamentária e, em consequência, o respectivo limite de gastos com pessoal deve estar adstrito aos limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício financeiro, consoante disposições dos §§ 2º e 3º do art. 134 da Constituição Federal, do art. 2º da Emenda Constitucional n.º 69/2012, do § 1º do art. 114 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dos arts. 9º e 10 da Lei Complementar n.º 828/2010, com a redação conferida pela Lei Complementar distrital n.º 908/2016;** b) **ante a autonomia administrativa e funcional outorgada à DPDF pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e, sedimentada na jurisprudência do colendo Supremo Tribunal Federal, em caso de eventual extrapolação dos limites de gastos com pessoal (prudencial ou máximo) por parte do Poder Executivo local, não se aplica ao mencionado órgão essencial à função jurisdicional do Estado as restrições previstas nos arts. 22 e 23 da Lei Complementar n.º 101/2000;** c) **em face das disposições do art. 1º da Portaria/STN n.º 10 de 07.01.2015, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal pela Defensoria Pública do Distrito Federal, a partir do 1º quadrimestre de 2015, deixou de ser facultativa, passando a ser obrigatória;** IV – **determinar à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública/TCDF para, em observância às disposições do art. 59 da LRF e da Portaria/STN n.º 10 de 07.01.2015, autuar apartados para exame dos RGFs da DPDF a partir do 1º quadrimestre de 2015;** V – **autorizar:** a) a remessa de cópia do relatório/voto Relator e desta decisão ao ilustre subscritor da Representação n.º 14/2015-DA, à Defensoria Pública do Distrito



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

*Federal, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, além do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, bem como à Chefe do Poder Legislativo do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Semag/TCDF, para adoção das providências cabíveis e posterior arquivamento.” (grifos nossos)*

Irresignada, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF protocolou Pedido de Reexame em face da Decisão n.º 1.407/2016 (e-DOC B29B7962-c), requerendo “o provimento total do presente Pedido de Reexame, com o intuito de reconhecer que são aplicáveis os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal à Defensoria Pública do Distrito Federal e que o limite de gastos daquele órgão está dentro do limite do Poder Executivo”. O aludido recurso foi conhecido pelo Tribunal como Pedido de Reexame, por intermédio da **Decisão n.º 1.821/2016** (e-DOC BA32DCC0-e), com efeito suspensivo.

Após realização de sustentação oral, o Plenário do TCDF exarou a **Decisão n.º 5.610/2016** (e-DOC 0D365FDE-e), de 08.11.2016, com o seguinte teor:

*“I – conhecer do expediente oriundo da Defensoria Pública do Distrito Federal constante do e-DOC 7401540Cc; II – **dar parcial provimento ao recurso interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal para reconhecer que as despesas de pessoal da DPDF estão inseridas no percentual destinado ao Poder Executivo local, até que sobrevenha norma alterando a LRF com a fixação de percentual da RCL específico para as Defensorias Públicas**; III – autorizar: a) a remessa de cópia da Informação nº 27/2016 – NAGF, do Parecer nº 680/2016-ML e do relatório/voto do Relator à Defensoria Pública do Distrito Federal, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, bem como aos Excelentíssimos Senhores Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Semag, para adoção das providências cabíveis e posterior arquivamento.” (grifos acrescidos)*

No dia 28.12.2016, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – Seplag/DF, por meio do Ofício n.º 1940/2016-GAB/SEPLAG (e-DOC 596707BE-c), noticiou a ocorrência de nomeações de aprovados em concurso para o cargo de Defensor Público por meio da Portaria DPDF n.º 322/2016, fato que se apresenta em possível contrariedade ao art. 22 da LRF e à Decisão TCDF n.º 5.610/2016.

Em 04.01.2017, o Controlador-Geral Adjunto do Distrito Federal, mediante o Ofício n.º 1434/2016 – GAB/CGDF (e-DOC 03D272CF-c), declarou que a CGDF “*não detém competência para examinar a matéria [levada a seu conhecimento sobre a nomeação de aprovados em concurso para o cargo de Defensor Público], considerando o disposto no Art. 9.º, X, da Lei Complementar n.º 908/2016*”.





## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

O Secretário-Substituto de Macroavaliação da Gestão Pública – Semag/TCDF, por meio da Informação n.º 02/2017 – SEMAG (e-DOC 6C8BEC8F-e), após contextualizar o feito, manifestou-se acerca da matéria, nos seguintes termos:

“3. Note-se que essa última Decisão [de nº 5.610/2016] acabou por gerar dúvidas quanto ao seu alcance, posto que, embora tenha dado provimento **parcial** ao recurso interposto em face da Decisão nº 1.407/16, não indicou qual parte daquele outro decisum restou reformada. Assim, não se sabe ao certo se a autonomia funcional e administrativa da DPDF, reconhecida pela Constituição Federal, e reafirmada no subitem “III-b” da Decisão recorrida, foi relativizada pela Decisão nº 5.610/16.

4. Por apresentar correlação com a matéria em discussão, vale também trazer à colação a Decisão nº 6.127/16, exarada nos autos do Processo nº 4505/16, in verbis:

### **DECISÃO Nº 6.127/2016:**

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprido o Despacho Singular n.º 397/16-GCIM; II – considerar parcialmente procedente a Representação formulada pelo Defensor Público-Geral do Distrito Federal; III – determinar à DPDF que se abstenha de proceder a qualquer ato administrativo tendo por base a Portaria n.º 14/2016-DPDF, tendo em vista a flagrante violação ao contido nos artigos 16 e 17 da LC n.º 101/2000, bem como aos artigos 37, X, e 169, § 1º, II, da Constituição Federal; IV – **esclarecer ao representante que, enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do limite prudencial especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderá a instituição promover o aumento de remuneração/subsídios dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais especificados no item III acima mencionado, salvo se sobrevier dispositivo legal que estabeleça o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial**; V – dar ciência desta decisão à representante; VI – autorizar o arquivamento do feito.”

(Grifamos)

5. Embora não tenha sido interposto os competentes Embargos para saber da possível omissão apresentada na Decisão nº 5.610/16, essa última Decisão serve para aclarar a posição deste Tribunal quanto à impossibilidade de a DPDF proceder aumento de despesas de pessoal enquanto o Poder Executivo se encontrar com o limite prudencial de gastos extrapolado. Não obstante não seja mencionada a proibição de nomeação de novos servidores por parte da DPDF, indubitavelmente a Portaria nº 322/2016 daquela jurisdição irá resultar aumento dessas despesas, fato que se pretendeu coibir quando foi prolatada a Decisão nº 6.127/16, transcrição supra.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 16.390/15e

6. Nesta oportunidade, ingressou na Casa o Ofício nº 1.940/2016, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – Seplag (e-DOC 596707BE-c), em que noticia a ocorrência de nomeações de aprovados em concurso para o cargo de Defensor Público por meio da Portaria nº 322/2016 da Defensoria Pública do Distrito Federal, fato que se apresenta em possível contrariedade ao art. 22 da LRF e à Decisão-TCDF nº 5.610/16. Na sequência, ingressou também o Ofício nº 1.434/2016, da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF (e-DOC 03D272CF-c), a qual se declara incompetente para exame da matéria levada a seu conhecimento pela Seplag.

7. Ante à ausência de limite próprio definido em lei para as despesas de pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal, e tendo em conta que o Poder Executivo do DF encontra-se atualmente com o limite prudencial de gasto extrapolado (95% do limite máximo de 49% da RCL distrital), conforme RGF publicado em 30.09.2016 (e-DOC 6C3CF14E-e), aquela jurisdicionada, em princípio, não poderia praticar atos que resultem aumento das suas despesas de pessoal, consoante os termos da Decisão nº 5.610/16, c/c a Decisão nº 6.127/16.

8. Desse modo, caráter preliminar, mostra-se de bom alvitre que aquela jurisdicionada apresente, com a maior brevidade possível, as razões de justificativa em relação à ocorrência de provimento de cargos nessa circunstância, conforme se extrai da Portaria/DPDF nº 322/16 (DODF de 16.12.16, p. 60).

9. De outra banda, não é demais lembrar que a definição de limite percentual para as despesas de pessoal daquela instituição já foi intentada na esfera distrital, conforme constou da LDO/2016 (Lei distrital nº 5.514/15)<sup>2</sup>, mas que teve o correspondente dispositivo **vetado pelo Poder Executivo**. Caso existente tal limite, certamente a Chefia do Poder Executivo e a Defensoria Pública do Distrito Federal deixariam de medir forças para ver quem tem preferência na ocupação do **remanescente** do limite máximo de 49% definido para o Poder Executivo, nele incluída a DPDF (valor encontrava-se em 47,49% da RCL no RGF do 2º quadrimestre/2016).

10. Nesse ponto, no intuito de lançar um pouco mais de luz sobre a matéria controversa, vale resgatar excerto da Informação nº 27/2016 – NAGF (e-DOC 127EAA76-e), quanto à competência (**concorrente**) **suplementar** do Distrito Federal para legislar sobre questões de **direito financeiro**, ao que se pede licença para transcrição:

25. Quando da edição da LRF, muito se falou que a União teria avançado além das competências atribuídas pela Constituição para legislar sobre **normas gerais de direito financeiro** ao descer em nível de definição dos limites que deveriam ser atribuídos aos Poderes e órgãos listados no art. 20 dessa Lei,

<sup>2</sup> Lei distrital n.º 5.514/15 (LDO/2016):

“Art. 54. Os Poderes Executivo e Legislativo e a Defensoria Pública do Distrito Federal terão como base de projeção dos limites para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2016, relativos a pessoal e encargos sociais, as despesas com as folhas de pagamento vigentes em março de 2015, compatibilizadas com os eventuais acréscimos legais, ou outros limites que vierem a ser estabelecidos por lei superveniente.

**Parágrafo único (VETADO).** A despesa total com pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal **não poderá ultrapassar o limite de 1% da Receita Corrente Líquida do exercício.**”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

em vez de apenas definir o limite global previsto no seu art. 19<sup>3</sup>. Todavia, a Suprema Corte já se pronunciou sobre a matéria e entendeu que não houve extrapolação de competência legislativa (conf. ADI 2238). De fato, caso a Lei não tivesse descido a esse nível de detalhamento, certamente hoje teríamos alguns Poderes e órgãos com limites subdimensionados e outros com valores superestimados, conforme fato exemplificado no Voto condutor da Decisão recorrida (ao que foi suspensa a eficácia de tal lei atentatória à LRF).

26. Por outro lado, situação diferente é a que se apresenta nos presentes autos, fruto do advento da autonomia funcional e administrativa outorgada pela Constituição Federal e pela LODF à Defensoria Pública do Distrito Federal após a edição da Lei Fiscal. Abriu-se, assim, lacuna na LRF a exigir preenchimento pelo **legislador competente**, de modo a que seja determinado qual valor a DPDF pode gastar com o seu pessoal, sem alteração do contorno máximo de 49% para os órgãos do Executivo. Em assim procedendo, não se estará criando novo limite para aquele Poder, mas apenas partilhando o limite já existente entre os órgãos que já o integram.

27. Não é demais lembrar, conforme ressaltado na anterior análise, que o legislador constituinte derivado reformador até ditou prazo para que tal lacuna fosse sanada<sup>4</sup>, mas não se tem ainda resultado efetivo do processo legislativo até o momento.

28. Tendo em vista que o Congresso Nacional não definiu ainda como será repartido o limite de gastos dos Executivos estaduais para dar efetividade à nova autonomia que foi instituída, vejamos, então, as disposições constitucionais afetas à repartição de competência (concorrente) dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre a matéria em reexame:

**Constituição Federal:**

“Art. 24. Compete à União, **aos Estados e ao Distrito Federal** legislar **concorrentemente** sobre:

I - direito tributário, **financeiro**, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - **orçamento**;

[...].

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, **a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.**

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais **não exclui a competência suplementar dos Estados.**

**LC nº 101/00 (LRF):**

“Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

[...].”

**EC nº 69/2012:**

“Art. 3º O Congresso Nacional e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional e de acordo com suas competências, **instalarão comissões especiais destinadas a elaborar, em 60 (sessenta) dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria nela tratada.**” (Grifamos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 16.390/15e

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário."

(Grifamos)

29. Detectada essa lacuna, em razão de a Lei ter-se tornado anacrônica nesse particular, estamos diante de situação que ampara o exercício da **competência suplementar** por parte do Distrito Federal para **legislar sobre normas gerais de direito financeiro e orçamentário**, conforme previsão do § 2º do art. 24 da Constituição Federal. Ainda, segundo o § 4º, caso o Distrito Federal venha a editar norma suplementar, a lei distrital vigorará até a superveniência de lei federal tratando de forma diversa a matéria. A seguir, consta pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema<sup>5</sup>:

"O art. 24 da CF compreende competência estadual concorrente não cumulativa ou suplementar (art. 24, § 2º) e competência estadual concorrente cumulativa (art. 24, § 3º). Na primeira hipótese, existente a lei federal de normas gerais (art. 24, § 1º), poderão os Estados e o Distrito Federal, no uso da competência suplementar, preencher os vazios da lei federal de normas gerais, a fim de afeiçoá-la às peculiaridades locais (art. 24, § 2º); na segunda hipótese, poderão os Estados e o Distrito Federal, inexistente a lei federal de normas gerais, exercer a competência legislativa plena 'para atender a suas peculiaridades' (art. 24, § 3º). **Sobrevindo a lei federal de normas gerais, suspende esta a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário (art. 24, § 4º).** A Lei 10.860, de 31-8-2001, do Estado de São Paulo foi além da competência estadual concorrente não cumulativa e cumulativa, pelo que afrontou a CF, art. 22, XXIV, e art. 24, IX, § 2º e § 3º." (ADI 3.098, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 24-11-2005, Plenário, DJ de 10-3-2006.)

(Grifamos)

30. Caso ainda restem dúvidas quanto à possibilidade de regulamentar o limite próprio da DPDF por meio da competente LDO, chama-se a atenção para o destaque que esse importante instrumento de gestão orçamentária recebeu na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, sem embargo da competência concorrente advinda da CF/88 e que pode ser exercida pelo legislado local enquanto existente a lacuna a ser suprida, a LDO já funciona hoje como se fosse norma complementar e suplementar à própria Lei Fiscal, conforme se depreende de alguns de seus dispositivos. Como exemplo, apresentam-se o inciso V do parágrafo único do art. 22, quando autoriza que a LDO retire o pagamento de horas extras do campo de incidência da restrição de aumento da despesa de pessoal imposta pela própria LRF nas situações de extrapolação do limite da despesa de pessoal; e o § 2º do art. 9º, que possibilita também excluir determinadas despesas do alcance da limitação de empenho e movimentação financeira na situação imposta pela Lei Fiscal.

<sup>5</sup> Supremo Tribunal Federal - A Constituição e o Supremo: 4ª edição, 2011, pp. 751/752.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

31. Ou seja, a LDO já se apresenta hoje como o exemplo concreto desse modo de exercer a competência concorrente suplementar por parte dos Estados e do Distrito Federal em matéria regulamentada pela LRF.

11. Frente a essa situação de inexistência de limite definido para as despesas de pessoal da Defensoria, embora contemplada aquela instituição com a necessária autonomia funcional e administrativa, nos termos da Constituição Federal e da legislação própria, conforme assaz registrado nos presentes autos, urge que seja preenchida tal lacuna jurídica, de modo a pacificar a questão posta e também de forma a tornar mais efetiva a fiscalização da matéria por parte desta Corte de Contas.” (grifos originais)

Ante o exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário que, preliminarmente, em caráter urgente e prioritário:

- “I – tome conhecimento dos Ofícios nº 1.940/2016, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF (e-DOC 596707BE-c), e 1.434/2016, da Controladoria-Geral do Distrito Federal (e-DOC 03D272CF-c), bem assim da presente Informação;*
- II – seja a Defensoria Pública do Distrito Federal instada a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, as razões de justificativa para a prática de atos de provimento de cargos no âmbito daquela jurisdição, a exemplo da Portaria nº 322/2016 (DODF de 16.12.2016, p. 60), posto que se apresenta em possível contrariedade ao art. 22 da LC nº 101/00 (LRF) e às Decisões-TCDF nºs 5.610/16 e 6.127/16;*
- III – seja dado conhecimento da presente Informação à chefia do Poder Executivo do Distrito Federal para que, em querendo, se manifeste, no mesmo prazo antes assinalado, sobre a matéria aqui versada, de modo a subsidiar a correspondente instrução processual;*
- IV – autorize o retorno dos autos a esta Secretaria de Controle Externo, para as providências pertinentes.”*

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, por meio do Parecer n.º 50/2017-DA (e-DOC 07B354B8-e), depois de sintetizar a matéria, manifestou-se em harmonia com a área instrutiva, assim:

*“10. Primeiramente, importante abordar a questão suscitada na Informação acerca do alcance da Decisão nº 5.610/16, especificamente sobre qual parte da decisão teria sido reformada. Em que pese assistir razão ao Corpo Instrutivo, ao afirmar que não há indicação clara da parte da decisão reformada pelo recurso, a leitura do parecer ministerial e do Voto do Eminentíssimo Relator que serviram de fundamento para a deliberação plenária afastam eventuais dúvidas acerca do entendimento do Tribunal.*

*11. No voto condutor da Decisão nº 5.610/2016, o Relator entendeu não ser possível a fixação pelo Tribunal de Contas de um*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

*limite para os gastos de pessoal da DPDF, pois não teria competência para legislar, função típica do Poder Legislativo. Por isso, entendeu que, até que este limite seja criado, as despesas de pessoal da DPDF deverão integrar o montante dos gastos do Poder Executivo para fins de cálculos dos limites previstos na LRF. Essa conclusão está expressa na Decisão nº 5.610/2016, conforme destacado no parágrafo quarto deste parecer, não havendo motivo para maiores esclarecimentos.*

12. *A questão que exsurge do exame da Decisão nº 5.610/2016 é se o Tribunal teria entendido que a DPDF estaria obrigada a observar as restrições impostas no art. 22 da LRF, modificando neste ponto a decisão atacada.*

13. *De fato, não consta da Decisão 5.610/2016 resposta direta para esta questão. Todavia, a leitura da decisão merece ser feita juntamente com o voto que prevaleceu na ocasião do julgamento da matéria, acolhido por unanimidade pelo Egrégio Plenário.*

14. *Examinando-se o referido voto, é possível notar que o Relator acolheu as conclusões do Ministério Público de Contas, da lavra do ilustre Procurador Marcos Felipe, Parecer 680/2016-ML, ao defender a submissão da DPDF às restrições do art. 22 da LRF. Isso fica evidente no ponto em que o Relator acolhe a tese defendida pelo Órgão ministerial com vistas a solucionar eventual conflito entre o exercício efetivo da função da Defensoria Pública e a adoção de medidas limitadoras de gastos previstas na LRF.*

15. *Assim se manifestou o nobre Relator do feito:*

*Nessa seara, inicialmente, convém reconhecer o acerto da tese defendida pelo douto Parquet, que, ao contrário da diligente SEMAG, entende não ser possível a esta Corte substituir o legislador e fixar o limite de gastos com pessoal da DPDF, ainda que provisoriamente, ou seja, enquanto não sobrevier dispositivo legal que estabeleça o percentual da RCL destinado às despesas com gastos de pessoal daquele órgão.*

*Com efeito, no caso vertente, a ponderação dos interesses em rota de colisão, muito bem elaborada pelo ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, aponta para a necessidade de se preservar a responsabilidade na gestão fiscal sem que, com isso, seja desarrazoadamente comprimida a autonomia funcional e administrativa da DPDF, cuja nobre missão institucional é essencial ao funcionamento do estado democrático de direito, mormente na promoção da “assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (arts. 5º, LXXIV, e 134 da CRFB).*

*Essa ponderação foi assim justificada pelo douto Parquet:*

*62. O que se pretende enfatizar é que não haverá o rompimento com o princípio da legalidade no caso. Apenas haverá uma ponderação dos princípios envolvidos, visando decidir a colisão através do sacrifício mínimo da finalidade e interesse públicos, abrigado pela premissa da eficiência administrativa. Esta tarefa constitui um desafio pelo qual não se deve estabelecer um critério único a ser utilizado em todas as hipóteses.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

63. O intuito, portanto, da ponderação dos princípios em conflito é o de relativizá-los sem, contudo, comprimi-los definitivamente.

64. Por isso, a reflexão que traz à baila este Órgão Ministerial é no sentido de que poderá haver a contratação de pessoal pela DPDF para serem ocupados determinados cargos no período crítico, desde que tal contratação seja estratégica e indispensável ao cumprimento da finalidade institucional apregoada pela Lei Maior (art. 134 da CF/1988), do interesse público e do princípio da eficiência.

65. Note-se, mais uma vez, que aqui não se está por admitir o sacrifício total do princípio da legalidade, mas a sua convivência harmônica com outros princípios de mesma envergadura, em face da possibilidade de atendimento ou tutela de um bem maior, qual seja: o interesse público, no caso a garantia de assistência jurídica aos menos favorecidos, sobretudo quando se tem notícia de que tal atividade tem sido exercida por servidores que não são Defensores Públicos.

66. Em suma, deve-se analisar cada princípio de forma sistemática, ou seja, associar a cada um deles todos os demais princípios constitucionais, com o intuito de dimensioná-lo como valor a ser atribuído à situação concreta de aplicação ou não do provimento do cargo lato sensu, sabendo que essa análise só irá incidir sobre aqueles cargos estratégicos e indispensáveis ao atendimento do desígnio constitucional previsto no art. 134 da CF/1988 e à garantia efetiva pelo Estado do direito preconizado no art. 5º, LXXIV, da CF/1988, ação pública necessária ao bem estar da sociedade. Nesse sentido sobressai-se na Constituição os direitos que envolvem a preservação do interesse público, posto que é notório, dada sua natureza analítica, o seu empenho para garantir a melhor atuação estatal para a sociedade.

67. De toda essa reflexão se extraem as seguintes conclusões sobre a aplicação do inciso IV do parágrafo único do artigo 22 da LRF, qual seja, o possível provimento de cargo público pela DPDF durante o período crítico, observada a limitação e mesmo redução de gastos com pessoal. No entendimento Ministerial, os cargos lato sensu a serem providos:

i) devem ser estratégicos e indispensáveis ao atendimento do art. 5º, LXXIV e 134 da CF/1988;

ii) devem possuir prévia e circunstanciada autorização do Defensor Público Geral - autoridade nomeante, com o detalhamento fundamentado dos requisitos estabelecidos no item i;

iii) devem ser essencialmente de Defensor Público (art. 134, § 1º, da CF/1988), de direção ou de chefia, não sendo possível o provimento de cargo de assessoramento, dada a acessoriedade de que se revestem, pois, regra geral, servem às direções e chefias; e

iv) estarão submetidos à fiscalização do Controle Externo, em razão da possibilidade de violação do art. 22, parágrafo único, IV, da LRF, sendo passível a aplicação da multa prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994, dada a possível violação à norma de natureza financeira.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

*Nesse sentido, mostra-se correto o entendimento de se inserir os gastos da DPDF no limite de gastos de pessoal do Poder Executivo (49%), defendido pelos pareceres, mas sem se definir, consoante propugnado pelo Parquet, ante a ausência de previsão legal, qual seria o parâmetro de gastos daquele órgão.*

16. Desse modo, conforme destacado pelo Relator do feito, as limitações impostas pelo art. 22 da LRF aplicam-se à DPDF, porém devem ser vistas com ponderação, a fim de não impedir ou prejudicar a própria missão constitucional para a qual o Órgão foi criado. Isso porque, dada a relevância da função da Defensoria Pública para a sociedade, ainda que o Poder Executivo local se encontre acima do limite prudencial, em determinadas situações, as limitações do art. 22 da LRF devem ser mitigadas.

17. Caso o nobre Relator tivesse entendido de forma contrária, pela não aplicação do art. 22 da LRF à Defensoria Pública, não haveria sentido em concordar com as ponderações do Ministério Público sobre a flexibilização das regras de limitação de gastos. Simplesmente, não haveria razão para qualquer exercício hermenêutico sobre a norma, pois esta seria, de pronto, afastada.

18. Aliás, conforme destacado no voto, o Tribunal, por meio da Decisão nº 1111/2015, ao examinar consulta formulado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal sobre a interpretação do referido dispositivo legal, definiu os contornos a serem observados pelo Poder Executivo no caso de extrapolação dos limites da LRF. Entendeu, entre outras, que:

*“2) somente pode ser implementada reestruturação quando não implicar aumento da despesa de pessoal, podendo, contudo, ocorrer o provimento de cargos **lato sensu** desde que: a) sejam estratégicos e indispensáveis ao atendimento das políticas e ações públicas necessárias ao bem-estar da sociedade, não produzindo aumento de despesa no âmbito do Poder Executivo; b) haja prévia e circunstanciada autorização da autoridade nomeante (por exemplo, Governador), com o detalhamento fundamentado dos requisitos estabelecidos na alínea anterior; 3) fica vedado o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvados o contido na Decisão-TCDF nº 534/15, concernente às áreas de segurança, saúde e educação, e as exceções apontadas no item anterior;”*

19. Importa observar que a aplicação direta do art. 22 da LRF à Defensoria Pública foi uma das preocupações deste Órgão ministerial consignada no Parecer nº 74/2016, emitido nestes autos. Na ocasião, procurei enfatizar as consequências do contingencialmente de recursos advindos da insuficiência orçamentária e do descumprimento do limite prudencial pelo Poder Executivo para o desempenho das funções precípuas da Defensoria Pública e destaquei a situação de servidores, aprovados em concurso, dentro do limite de vagas, impedidos de assumir os cargos em razão das restrições decorrentes da LRF. Na hipótese, poderia ocorrer o comprometimento das funções precípuas da Defensoria Pública com grave risco a direitos de cidadãos em situação vulnerável.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

20. *A questão, mencionada naquela ocasião, a título de exemplo, agora é objeto de questionamento por parte da SEPLAG, ao apresentar fato concreto evidenciando a nomeação de candidatos aprovados para o cargo de Defensor Público, situação que estaria, em princípio, em desconformidade com a Decisão nº 5.610/2016 e o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A questão desafia a manifestação do Tribunal, porém, conforme propôs a Unidade Técnica, importante ouvir previamente a Defensoria Pública do DF e o Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal, a fim de que o Tribunal possa deliberar sobre a matéria com maior segurança.*

21. *Nesses termos, em que pese entender que as restrições da LRF, no caso de extrapolação dos limites de gastos com pessoal, aplicam-se à Defensoria Pública, o exame deve se dar à luz do caso concreto, segundo a interpretação legal defendida pelo Ministério Público, corroborada pelo Tribunal, e levando-se em conta os motivos que levaram à nomeação dos candidatos.” (grifos do original)*

Ao final do parecer, o i. Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima acompanhou “a proposta da Unidade Técnica no sentido de que seja oportunizado à Defensoria Pública do DF e ao Excelentíssimo Sr. Governador o direito de se manifestarem nos autos sobre as nomeações de candidatos aprovados em concurso público para o cargo de Defensor Público, a exemplo da Portaria nº 322, de 15 de dezembro de 2016”.

É o relatório.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 16.390/15e

## VOTO

Nesta fase processual, a Seplag/DF informa ao TCDF a ocorrência de nomeações de aprovados em concurso para o cargo de Defensor Público por meio da Portaria<sup>6</sup> DPDF n.º 322/2016 (DODF de 16.12.2016, págs. 60/61), fato que se apresenta em possível contrariedade ao art. 22 da LRF e às Decisões TCDF n.ºs 5.610/2016 e 6.127/2016.

Em sua análise, a unidade instrutiva pugnou ao Plenário, **preliminarmente**, em caráter urgente e prioritário: tomar conhecimento da documentação juntada aos autos; determinar a oitiva da DPDF acerca da prática de atos de provimento de cargos no âmbito daquela jurisdicionada, ante a possível contrariedade ao art. 22 da LC n.º 101/2000 (LRF) e às Decisões TCDF n.ºs 5.610/2016 e 6.127/2016; abertura de prazo para manifestação do Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, caso seja de seu interesse; e retorno dos autos à Semag/TCDF, para os devidos fins.

<sup>6</sup> **“PORTARIA Nº 322, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 134, §§ 1º, 2º e 3º, da Constituição Federal; art. 114, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal; art. 2º, § 7º, da Emenda à Lei Orgânica nº 61/2012; e no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 97-A, incisos I e III, e 100, da Lei Complementar Federal nº 80/94, e nos artigos 9º, inciso III e XV, e 21, incisos I e VIII, da Lei Complementar Distrital nº 828/2010; com as alterações promovidas pela Lei Complementar Distrital nº 908/2016, considerando a necessidade de pleno atendimento aos princípios da indisponibilidade do interesse público, da continuidade do serviço público, o risco de com- prometimento do atendimento à população hipossuficiente do Distrito Federal, missão constitucional indeclinável da Defensoria Pública do DF, observados ainda, o provimento judicial exarado nos autos da Ação Popular nº 2015.01.1.107934-4/8ª Vara da Fazenda Pública do DF, a intelecção do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal no Parecer nº 680/2016 exarado em sede de pedido de reexame feito contra a Decisão nº 1407/2016 do Tribunal de Contas do Distrito Federal nos autos do Processo nº 16390/2015-e, e finalmente, observadas as justificativas encartadas no Processo Administrativo nº 0401-000312/2012, **RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO, na Portaria nº 86, de 11 de abril de 2016, Publicada no DODF nº 69, de 12 de abril de 2016, página 35, a nomeação do candidato ARTHUR HERMAN CALABRIA LUNDGREN DE ALBUQUERQUE, 11º, para exercer o cargo de Defensor Público de Segunda Categoria, da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal, em virtude de não ter tomado posse em tempo hábil.

**NOMEAR os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público a que se refere o Edital Normativo nº 01-DPDF**, publicado no DODF nº 74 de abril de 2013 e Edital de Resultado Final e Homologação nº 15-DPDF, publicado no DODF nº 80, de 23 de abril de 2014, em vaga derivada para exercerem o cargo de Defensor Público de Segunda Categoria, da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal, respeitada a classificação final no concurso, **conforme se segue** (nome, classificação): FABRICIO RODRIGUES DE SOUSA, 42º, MAURICIO NEVES ARBACH, 44º, ANA CAROLINA CANSANÇÃO PALHARES, 45º, FABIA FORTALEZA ROCHA DA SILVA, 46º, JOSE RODRIGUES CHAVEIRO FILHO, 47º, JOÃO VICTOR PORTO SALES, 48º, KEITY SATIKO FIGUEIREDO CUNHA MIYAGAWA, 49º, DOMINIQUE DE PAULA RIBEIRO, 50º, BRUNA ARAGÃO CARVALHO FERNANDES, 51º, VITOR PIRES, 54º, RODRIGO DUZSINSKI, 56º, MARCUS MARCELO FERNANDES, 57º, MARCO TULIO RODRIGUES LOPES, 60º, LUCIANA CARNEIRO CASTELO BRANCO, 61º, SERGIO ROBERTO DA SILVA, 62º, MAYRA CONCEIÇÃO SILVA, 64º, RAFAEL LEMOS DO REGO, 65º, DIEGO JOFFRE QUEIROZ MONTEIRO, 68º, JONAS JUNIO LINHARES COSTA MONTEIRO, 70º, RONAN FERREIRA FIGUEIREDO, 71º e ARTHUR ASSED ESTEFAN MOSSO, 72º e os Candidatos que se declararam como pessoa com deficiência: WERNER ABICH RECH, 7º, FRANCISCA GABRIELLE DA SILVA RODRIGUES E BEZERRA, 9º \*\* e CELSO MURILO VEIGA DE BRITTO, 10º.

\* Os candidatos LUCILIO KLEBER BENÍCIO NOBREGA, 40º, PAULA AZAMBUJA MARTINS, 52º, ANA PAULA ROCHA ASFOR, 53º, FERNANDA SIMONI, 55º, MARIA AUGUSTA DE ALBUQUERQUE MELO DINIZ, 58º, DEBORA MACHADO CAVAL- CANTE, 59º, ALESSANDRA GOMES FARIAS BALDINI, 63º, REDIVALDO DIAS BARBOSA, 66º, BEATRIZ FONTELES GOMES PINHEIRO, 67º, RUY REIS CARVALHO NETO, 69º, e o candidato que se declarou como pessoa com deficiência: JOÃO MOREIRA PESSOA DE AZAMBUJA, 8º deixaram de ser nomeados tendo em vista que, nos autos do Processo Administrativo nº 0401.000.312/2012, solicitaram, em caráter irrevogável e irrenunciável, reposicionamento para o final da lista de classificação.

\*\* Conforme decisão proferida pelo Defensor Público-Geral às páginas 935 do Processo nº 401.000312/2012 a candidata Francisca Gabrielle da Silva Rodrigues e Bezerra considerada pessoa com deficiência através de exame realizado em 23.03.2014, considerando os termos da Súmula 552 do STJ que foi editada, segundo consulta no site do referido Tribunal, em 04.11.2015, portanto, o exame médico antecede a referida Súmula, a qual não levou em consideração o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06.07.2015, publicada no DOU em 07.07.2015, com vacatio legis de 180 dias, vigência em 07.01.2016, data posterior à edição da Súmula, deverá a referida candidata ser reavaliada por junta médica da SubSecretaria de Saúde do Distrito Federal, de modo a esclarecer através de nova perícia médica, se em face do artigo 2º da Lei 13.146/2015 é realmente pessoa com deficiência. RICARDO BATISTA SOUSA” (grifos acrescidos)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

O MPJTCDF manifestou-se em harmonia com a instrução.

Desde já, adianto que o meu posicionamento é integralmente convergente com o propugnado pela Semag/TCDF e pelo *Parquet* especial, com pequeno acréscimo. Por entender que não merecem quaisquer resparo, adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 02/2017 – SEMAG e do Parecer n.º 50/2017-DA.

O adendo que faço decorre da necessidade de o Tribunal também dar ciência da Decisão que vier a ser proferida à Seplag/DF, tendo em conta que o encaminhamento aventado nesta oportunidade decorre da informação trazida por aquela Pasta de Estado.

Destaco que o presente momento processual busca oportunizar, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a manifestação dos envolvidos e interessados no fato noticiado pela Seplag/DF, no que tange à nomeação de aprovados em concurso para o cargo de Defensor Público.

Em momento oportuno, amparado nos esclarecimentos que vierem a ser trazidos ao feito, caberá ao Tribunal deliberar sobre a regularidade das referidas nomeações, com as respectivas medidas a serem adotadas para eventual saneamento do feito, caso confirmado o descumprimento do art. 22 da LRF e de deliberações exaradas por esta Casa.

Ante o exposto, em harmonia com o corpo instrutivo e o órgão ministerial, com o acréscimo que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário, preliminarmente:

- I. tome conhecimento:
  - a) do Ofício n.º 1940/2016-GAB/SEPLAG (e-DOC 596707BE-c), por meio do qual a Seplag/DF noticiou a ocorrência de nomeações de aprovados em concurso para o cargo de Defensor Público por meio da Portaria DPDF n.º 322/2016;
  - b) do Ofício n.º 1434/2016 – GAB/CGDF (e-DOC 03D272CF-c), oriundo da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF;
  - c) da Informação n.º 02/2017 – SEMAG (e-DOC 6C8BEC8F-e);
  - d) do Parecer n.º 50/2017-DA (e-DOC 07B354B8-e);
- II. fixe prazo de 10 (dez) dias para que a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF apresente razões de justificativa para a prática de atos de provimento de cargos no âmbito daquela jurisdição, a exemplo da Portaria n.º 322/2016 (DODF de 16.12.2016, págs. 60/61), posto que se afigura em possível contrariedade ao art. 22 da LC n.º 101/2000 (LRF) e às Decisões TCDF n.ºs 5.610/2016 e 6.127/2016;
- III. dê ciência:
  - a) da Decisão que vier a ser proferida à Seplag/DF;
  - b) deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal para que



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 16.390/15e

apresente, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias, suas considerações sobre a matéria aqui versada, de modo a subsidiar a correspondente instrução processual;

- IV. autorize o retorno dos autos à Semag/TCDF, para as providências pertinentes, em caráter urgente e prioritário.

Sala das Sessões, 07 de março de 2017.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator